

R

Título -> Curso de formação de gestores de capacitação
dos servidores do Estado de GDF

Autoria -> GDF

Ano -> 1996

2



GDF - SEA - IDR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS



10.06 a 21.06.96

SIMPÓSIO: POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
MEC/SEF - 15 a 17/08/1994 Campo Grande -MS
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - uma alternativa para atendimento a jovens e adultos

Mana Luiza Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

Considerando publicações⁽¹⁾ que expressam as contribuições mais recentes de estudiosos sobre os temas Educação de jovens e adultos e Educação à distância no Brasil e, tendo presente o debate que envolveu a elaboração do Projeto de Lei n. 1.258-C de 1988 que fixa diretrizes e bases da educação nacional, entendemos como oportuno destacar alguns pontos para nossa reflexão sobre **EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - UMA ALTERNATIVA PARA O ATENDIMENTO DE JOVENS E ADULTOS**.

- PROJETO DE SOCIEDADE BRASILEIRA

Inserida no ambiente constituído pelo capitalismo contemporâneo, a sociedade brasileira expressa seus traços mais marcantes⁽²⁾ como o desemprego estrutural (gera excluídos), o monetarismo e capitalismo financeiro como motor principal da economia (desvaloriza o trabalho), a terceirização estrutural (fragmenta e dispersa todas as esferas da produção), a ciência e tecnologia como forças produtivas (aumenta exigências de qualificação para o trabalho e monopoliza os conhecimentos e informações), a privatização estrutural (dispensa do Estado como agente econômico e promotor/executor de políticas sociais), a transnacionalização da economia (torna o Estado nacional desnecessário) e a coexistência do chamado 1o. e 3o. mundo em cada país.

Educar jovens e adultos nesta sociedade, assim estruturada, supõe inseri-los, antes de tudo, como **CIDADÃOS** na projeto de construção de uma nova sociedade, por razões de sobrevivência da espécie humana⁽³⁾, assumindo todas as implicações político-pedagógicas que esta opção representa.

- REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIA

Enquanto a educação realizava-se precariamente na manutenção do modelo escolar, ao longo dos últimos 30 anos a elite governante investiu vultosos recursos públicos na construção de uma infra-estrutura tecnológica, sobretudo de telecomunicações, possibilitando uma significativa oferta em âmbito nacional de serviços de telefonia, fax, correio, rádio, televisão, rede telemática, permitindo interatividade. Temos, pois, uma **SOCIEDADE TECNOLÓGICA** e, neste contexto, que a Educação precisa ser redefinida como Sistema. Ou seja, não se trata de constituir a Educação à distância (agora sem distância) como um sistema paralelo, complementar ou mesmo uma modalidade de ensino. Define-se um **SISTEMA DE EDUCAÇÃO** no qual as linguagens tecnológicas **PRESENTES** na **SOCIEDADE** necessitam ser apropriadas, criticamente, nos espaços educativos organizados de forma criativa e adequada aos **SUJEITOS APRENDIZES** sejam crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos. Supera-se a dicotomia imposta pelo paradigma positivista mecanicista de oposição excludente entre o presencial e à distância para resgatar a **SINGULARIDADE** - a natureza própria, no tempo e no espaço, de cada uma destas relações educativas, exercitando o princípio da complementaridade. Supera-se, igualmente a dicotomia mecanicista determinística de causa e efeito no chamado processo ensino-aprendizagem, possibilitando efetivamente o processo de **INDIVIDUAÇÃO** ⁽⁴⁾ de cada sujeito aprendiz, isto é, a sua **SINGULARIDADE**.

Tal proposta implica, necessariamente, na redefinição do papel do professor e demais profissionais da educação e da organização da aprendizagem, considerando:

- a) o resgate da singularidade da interação pedagógica PRESENCIAL como troca de energias humanas, diante das potencialidades das novas linguagens tecnológicas (som, imagem, cor, movimento).
- b) a escola pública como espaço cultural de encontro da comunidade entorno para o exercício da gestão democrática das políticas públicas e preservação de sua identidade.
- c) o ambiente de trabalho como espaço educativo exige a organização da aprendizagem incorporando as novas linguagens tecnológicas com possibilidade interativa.
- d) o professor como educador de sujeitos aprendizes com amplo acesso às fontes de informações, utilizando as várias linguagens tecnológicas disponíveis, requerendo para tal um trabalho coletivo dos profissionais da educação.
- e) a organização da aprendizagem ABERTA, implicando no fortalecimento da autonomia do sujeito aprendiz na sua experiência individual e na sua aprendizagem no grupo.
- f) a EDUCAÇÃO CONTINUADA OU PERMANENTE impõe-se como decorrência do entendimento e viabilidade objetiva do SER APRENDIZ.
- g) a efetividade da Educação Básica no MUNICÍPIO exige recursos financeiros redimensionados em função da Valoração do professor (piso salarial, carreira, condições de trabalho, educação continuada), dos demais profissionais da educação e da infraestrutura tecnológica necessária.

- POSSIBILIDADES ATUAIS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO ALTERNATIVA

A partir de 1993, intensificaram-se medidas de governo no sentido de constituir uma base inicial para o chamado SINEAD- Sistema Nacional de Educação à distância vez que o Projeto da LDB até então não foi aprovado. Tais medidas como Protocolo de cooperação N. 003/93 de 26.05.93 entre MEC e MINICOM; Termo de Cooperação N.004/93 de 03.10.93 entre MEC/UNB; Convênio de Cooperação Técnica N.006/93 de 08.12.93 entre MEC, MINICOM, MC, MCT, EMBRATEL, ECT, TELEBRÁS, CRUB, CONSED, UNDIME; Consórcio Interuniversitário de Educação à distância entre Universidades públicas brasileiras com sede da secretaria executiva na UnB, Cátedra UNESCO de Educação à distância na UnB revelam uma possibilidade mais próxima de viabilizar uma nova cultura tecnológica na educação com apoio das Universidades e integração das experiências existentes a nível municipal, estadual e federal. Integram-se neste esforço a cooperação internacional de países como a França, Espanha, Alemanha e Inglaterra, enquanto tendência da educação mundial.

Como parte destas iniciativas a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília está oferecendo o primeiro Curso de Especialização em Educação Continuada e à Distância no âmbito do Consórcio Interuniversitário para alunos que integram as coordenações estaduais do Programa SALTO PARA O FUTURO coordenado pelo MEC/CODEAD.

Consideramos bastante oportuna uma aproximação e integração cada vez maior entre as referidas iniciativas e as experiências de Educação de Jovens e Adultos, principalmente nos níveis de governos municipais e estaduais.

- INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIAS

EDUCAÇÃO <> CULTURA <> COMUNICAÇÃO <> CIÊNCIA & TECNOLOGIA

PODERES EXECUTIVO/LEGISLATIVO/JUDICIÁRIO/SOCIEDADE CIVIL, em particular AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES e ESTUDANTES

A fragmentação existente nas políticas públicas de Educação, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia é resultado de um processo histórico que reduziu a Educação ao ENSINO ESCOLAR. O desafio que hoje se impõe como necessário é o esforço de integração, ou melhor, do RESGATE do indivisível, recuperando a concepção original da EDUCAÇÃO (conduzir para fóra) comprometida com a sobrevivência do SER HUMANO.

O processo democrático tem se consolidado, superando progressivamente as dificuldades advindas do aprendizado na prática das novas gerações cassadas politicamente, deste

grande exercício conquistado pela experiência humana. Construir uma nova cultura de Educação requer a participação ativa e constante de todos os atores sociais, daí a importância de um trabalho conjunto prontamente no âmbito da educação pública.

NOTAS:

1. INEP. Em Aberto-Tendências da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. Brasília. Ano 11.n.56.out/dez.1992
INEP. Série Documental. Eventos: Semana Nacional de Educação à distância-7e8/12/93. n.3.dez. 1993.
AMBROSIO. Ubiratan D. Ciências, Informática e Sociedade: uma coletânea. Brasília. Texto integrante do Curso de Especialização em Educação Continuada e à Distância. Universidade de Brasília. 1994.
HADDAD. S. e DI PIERRO. M.C. Diretrizes da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Consolidação de documentos 1985/1994. São Paulo. agosto. 1994. (mimeo)
2. CHAUÍ. Marilena. Folha. São Paulo. 24.04.94.
3. AMBROSIO. Ubiratan D. Pensamento Inquieto. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1993.
AMBROSIO. Ubiratan D. (Org). Pensamento Inquieto. Cadernos de Extensão. Decanato de Extensão. Universidade de Brasília. 1993.
4. JUNG. C.G. O Eu e o Inconsciente: tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis. Vozes, 1979.

I ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Brasília, 26 e 27 Maio/1995
Auditório da Faculdade de Tecnologia - UnB

Organização: GDF-SE/FEDF/UEJA - SEPPIS, GTPA/DF, UnB, OAB, UCB
Apoio: FEUNB, MEB/ASEFE, AEC, SINPRO/DF, SAE

TEMA: RECUPERANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO DF.
"O caminho se faz a caminhar"

Maria Lúcia Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

"Algumas das proibições como necessidade do pacto colonialist:
Lei de 20.02.1690, proibindo o uso de outro sal que não fosse o vindo de Portugal (as salinas brasileiras já eram conhecidas).
Carta Régia de 30.06.1766, proibindo em todo o Brasil o ofício de ourives
Avará de 20.03.1720, proibindo letras impressas no Brasil
Carta Régia de 26.04.1730, proibindo comércio por terra no Brasil
Avará de 16.12.1794, proibindo o despacho de livros e papéis para o Brasil
Aviso de 18.06.1800 ao capitão-general de Minas, repreendendo a Câmara de Tamanduá por ter instituído uma aula de primeiras letras.
O tupi, chamado de língua brasileira, foi proibido de ser falado no Brasil, por proclamação do governo português, datada de 1727" (ver FREIRE, Ana M.A. Alfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como debitar sem ler e escrever desde as Catemnas (Paraguacu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severnos. São Paulo, Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989.)

Construída como desafio, Brasília ergue-se no planalto central como a nova capital do Brasil pelas mãos de milhares de trabalhadores brasileiros não alfabetizados, procedentes na sua grande maioria do nordeste.

Desde 1962, a Universidade de Brasília, ousada como proposta universitária, esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as atividades de formação e supervisão dos Círculos de Cultura com a participação de estudantes e moradores do

Núcleo Banderante, Candangolândia, Gama e Sobradinho contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em 1963. O golpe militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do "método" de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil em 1978. O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAF, criado pelo regime militar, em 1970, demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação à ação alfabetizadora.

Na transição democrática no Distrito Federal, desde 1985, quando em julho iniciou o primeiro Círculo de Cultura para Alfabetização de adultos na Escola Normal de Ceilândia - Complexo "A" da FEDF, como decisão da comunidade com a direção eleita (Prof. Erasmo Fortes Mendonça), houve uma opção pelo chamado "método Paulo Freire", cuja orientação foi possível pela contribuição de mestrandos de educação da Faculdade de Educação da UnB.

Assumindo na prática o conceito de Paulo Freire - "EDUCAÇÃO É UM ATO ESSENCIALMENTE POLÍTICO", como era esperado, ao longo desses dez anos (1985/95) vêm-se aglutinando jovens estudantes e/ou trabalhadores (entre esses professores), muitos deles expressões de lideranças nas organizações populares, sindicais, acadêmicas, religiosas, movimentos estudantis com o objetivo de ALFABETIZAR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS no Distrito Federal e Entorno.

Fruto desse esforço de organização constituiu-se, em 20.10.89 o GTPA/DF (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal), que tem sido o espaço de reflexão dessa prática educativa e de decisão e coordenação de ações, inicialmente como motivo do AIA/90 - Ano Internacional de Alfabetização - 1990.

Conforme Relatório sumário do GTPA/DF (anexo), muitas atividades já foram desenvolvidas a partir do I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF de 16 e 18 de fevereiro de 1990, que marcou o compromisso dos participantes de assumir suas conclusões, particularmente do EXERCÍCIO PRÁTICO da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Enfrentando as dificuldades conjunturais e compreendendo cada vez mais as raízes estruturais da alfabetização de jovens e adultos em nosso país do Distrito Federal, em particular, os participantes do GTPA/DF contribuíram com propostas para elaboração da LEI ORGÂNICA DO DF, tanto na "apresentação de sugestões" para a Comissão Temática - Ordem social e Meio-ambiente (setembro/91), quanto nas duas emendas populares - substitutiva Art.236 e aditiva Título VIII Disposições Transitórias, apresentadas pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia - CEPAFRE, Centro Popular de Educação e Cultura - CPEC/Gama e SAE (julho/92).

Por influência do GTPA/DF desenvolveu-se uma experiência no Município de Luziânia (Goiás), a partir do SERPAJ-Serviço Paz e Justiça do Pedregal, que muito contribuiu para avanços nos compromissos da Câmara Legislativa e da Prefeitura Municipal, esta através da Secretaria Municipal de Educação implantou a

alfabetização de Jovens e Adultos nas escolas públicas municipais, sob a supervisão do SERPAJ/Pedregal e UnB/Decanato da Extensão/Faculdade de Educação.

Durante este período de 1989 a 1995 (mais) o GTPA/DF acumulou experiência significativa na ação conjunta PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF, ampliando para o ENTORNO e desenvolvendo diferentes parcerias entre órgãos públicos, sindicatos, universidade, organizações religiosas, organizações populares, Câmara Legislativa, empresas, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), embaixadas, grêmios estudantis, centros acadêmicos.

A realização do III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno, em 3 de dezembro de 1994, foi marcada pelo clima de esperança do governo democrático e popular eleito, registrando-se a ampliação de pessoas e instituições interessadas. O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela então Universidade Católica de Brasília, iniciado no segundo semestre de 1993, com a aplicação do método Dom Bosco, abrange treze regiões administrativas do DF e duas cidades de Goiás com a participação de estudantes de 2o. grau e universitários, somando-se ao esforço organizado de outras organizações não governamentais presentes no GTPA/DF, que já alcançaram outros estados brasileiros. O Programa de Alfabetização do Banco do Brasil - BB Educar, iniciado com a contribuição do CEPAFRE participante do GTPA/DF, já alcança significativo número de municípios de vários estados em nosso país.

Importante é registrar que a ação de Alfabetização de Jovens e Adultos do GDF através da FEDF, iniciou-se em 1990 com a extinção da Fundação Educar (antigo MOBRAF), observando-se a experiência anterior localizada em Ceilândia (1985/86 Escola Normal) e no Paranoá (1986/87). O Projeto de Extensão Educacional formulado pela FEDF, em 1992, priorizou a parceria com a indústria de construção civil e alguns órgãos públicos.

Diante da nova conjuntura política marcada pelo Governo democrático e popular, estabelecidas novas relações entre GDF/SE/FEDF/UEJA e sociedade civil, reconhecido o caráter do GTPA/DF e, tendo presente as PROPOSTAS aprovadas no III Encontro PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e a Lei 849 de 08/03/95 que cria o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, o FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DF e ENTORNO constitui o novo espaço de exercício das parcerias necessárias entre o governo e a sociedade civil organizada.

Todo este esforço de AÇÃO CONJUNTA apoia-se na compreensão das implicações estruturais da meta de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno, sabendo-se que o problema tem se agravado, não apenas pela falta de reposta da escola pública ao longo dos anos, mas sobretudo porque a recessão econômica, o desemprego, as mudanças constantes de moradia, o aumento de ocorrências de doenças e a falta de segurança pessoal (aumento da violência) tem EXPULSADO os alfabetizandos dos círculos de cultura (sala de aula).

A N E X O

GTPA/DF 1989 - 1995 GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

PRECEDENTES

- 1985-Direção eleta do Complexo Escolar de Ceilândia - Decisão da comunidade por Alfabetização de Jovens e Adultos pelo "método" Paulo Freire - Estágio de normalistas -Supervisão de mestrandos da UnB/FE
Apoio do NUTEL - produção VT- Educar é descobrir
Influência na Proposta Curricular aprovada pelo Conselho de Educação do DF como experiência piloto em Ceilândia, Paranoá e Vargem Bonita
- 1986-Conflito político - Demissão de Diretores eleitos-Retirada do apoio da FEDF em Ceilândia -Apoio da FEDF ao Projeto Paranoá- Apoio Grupo de Jovens
- 1987-Apoio da UnB/DEX, Fundação Rondon
- 1988-Apoio UnB/DEX, Fund. Rondon, Fundação Educar (1.182 alfabetizados)
- 1989-UnB Projeto de Erradicação do Analfabetismo(União,Estados,Municípios)
Criação do CEPAFRE-Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia

CONSTITUIÇÃO DO GTPA/DF 20.10.89

Objetivo: Instituir-se como espaço político organizado da sociedade civil, inicialmente do DF, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no DF e Entorno.

- 1989-CNAIA/90 - Comissão Nacional do Ano Internacional de Alfabetização - Dec.97.219 de 21.11.88 GTPA/DF como membro observador
- 1990-IV Encontro Pró-Alfabetização do DF - UnB/ GTPA/DF (16-18 fev), CPNAC-Comissão do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania GTPA/DF membro efetivo

I Encontro Pró-Alfabetização de Ceilândia (26, 27/março) Sobradinho (2,3/junho)
 (tema) (17,18/novembro). Paranoá (24/novembro).
 Congresso Brasileiro de Alfabetização - Prefeitura de São Paulo (14-16/set).
 Representação junto à Comissão do DF no Senado Federal.
 Comissão Tripartite Pró-alfabetização do DF (UnB/FE-GTPA/DF FEDF).
 Palestras Maria Dolorés Ortiz-GTPA/DF, SINPRO/DF, ASSOC CULT CUBA.
 Publicação da Revista Sinpro Educação.
 Plenária do GTPA/DF (16 dezembro)

1991-Criação do Fórum dos Movimentos Sociais pró-lei orgânica do DF.
 Apresentação de Sugestões à Comissão Temática da Lei Orgânica
 da Câmara Distrital (setembro).
 Convênio SAE-GDF/Secretaria do Trabalho

1992 Elaboração e envio de Emenda Popular com mais de 2000 assinaturas
 com apoio de Deputados Distritais do PT, PC do B, PPS, PDT.
 II Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (05 de dezembro)

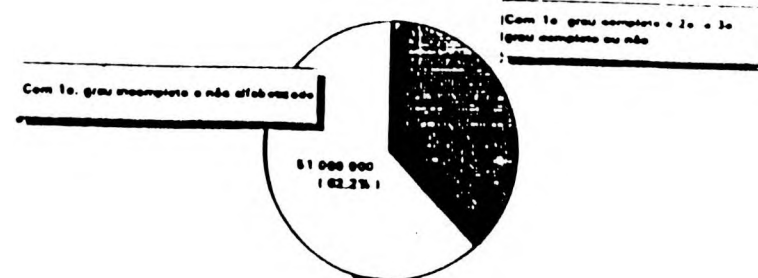
1993-Encontro sobre Educação e Lei Orgânica do DF na Ceilândia.
 Defesa e Acompanhamento da aprovação da Emenda popular.
 Promulgação da Lei Orgânica em 08 de junho - Art 225 e DT Art 45.
 Divulgação da Lei orgânica nas Escolas Normais e nas comunidades.
 Participação na II Feira Latino americana de Alfabetização RAAAB/CECUP
 julho- Salvador
 PL-Projeto de Lei regulamenta o Art 225 Dep. Dist. Wany Roure-PT

1994-PL Bolsa-auxílio para normalistas DT Art.45 - Dep.Dist. Lúcia Carvalho-PT.
 Proposta de Alfabetização do GTPA/DF para o governo 1995/1998.
 Mesa-redonda: Sindicalistas Normalistas e Juristas - cumprimento da Lei
 Orgânica (DT Art.45).
 I Encontro de Alfabetizados pelo CEPARE.
 III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (03 de dezembro).
 Comissão decidida em plenária do III Encontro entrega Documento conclusivo
 de propostas para Alfabetização do Distrito Federal ao Secretário de
 Educação indicado Antonio Ibañez Ruz pelo governador eleito Cristovam
 Buarque (05 de dezembro)

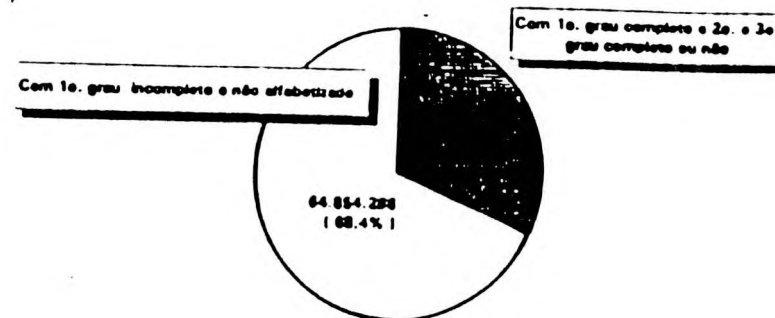
1995-Lei 849 de 08.03 - Criação do Programa Permanente de Alfabetização e
 Educação Básica de Jovens e Adultos.
 Criação do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF
 e Entorno
 I Encontro do referido Fórum - 26 e 27 de maio.

ELEITORES BRASIL

1989 - 82.000.000



1994 - 94.768.404



FONTE: TSE
ANGELIM.M.L.P.

**I Encontro do Fórum Permanente de
Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno**

- Documento Final -

O I Encontro do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno realizou-se nos dias 26 e 27 de maio de 1995, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB.

Este I Encontro, que foi proposto pela FEDF/UEJA, foi organizado em parceria com a Universidade de Brasília, a Universidade Católica, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, o GTPA-DF, a SEPPIS e o DEPLAN. O mesmo teve o apoio material e financeiro do SINPRO-DF, da AEC, da ASEFE, da Faculdade de Educação da UnB, da Universidade Católica, do SAE-DF e do MEB.

A proposta da formação do Fórum surgiu da necessidade de se discutir e divulgar o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos no âmbito do DF e articular a conjugação das forças sociais civis e governamentais em torno da erradicação do analfabetismo jovem e adulto, estabelecendo uma parceria entre os dois setores.

Participaram 144 (cento e quarenta e quatro) pessoas na abertura, iniciada às 20:00h do dia 26/05/95 com a presença da Profa Isaura Belloni - diretora executiva da FEDF, representando também o Secretário de Educação do DF - Profa Antônio Ibañez, e o Profa Pedro Garcia - Departamento de Educação da PUC/RJ, que contribuiu com a palestra "Nova Pesquisa e Assessoria em Educação", seguida de debate com os presentes.

No segundo dia, os trabalhos se iniciaram às 8:00h com a palestra "Recuperando a História da Alfabetização no DF", proferida pela professora Maria Luiza Pereira Angelin, da UnB, na qual abordou as ações alfabetizadoras de jovens e adultos no DF desde 1963. Em seguida houve um debate com os participantes.

Às 10:30h, os participantes se dividiram em 10 (dez) grupos, para discutirem e encaminharem propostas sobre o tema: "Estratégias de Operacionalização do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos no âmbito do DF".

Houve um total de 113 (cento e treze) pessoas inscritas, representando 45 (quarenta e cinco) entidades, sendo 29 (vinte e nove) entidades governamentais, 14 (quatorze) entidades não governamentais e 02 (duas) instituições de ensino superior, conforme relação anexa.

Após os trabalhos da grupo, houve a plenária com apresentação das propostas pelos relatores escolhidos. Aprovou-se, também, a constituição de uma comissão representativa do Fórum, com o objetivo de organizar novos encontros e encaminhar as propostas aprovadas no I Encontro. Esta comissão ficou composta por 06 (seis) pessoas, sendo 02 (duas) da área governamental (FEDF-UEJA), 02 (duas) da sociedade civil, 01 (uma) da Universidade de Brasília e 01 (uma) da Universidade Católica.

O encerramento contou novamente com a presença da Profa Isaura Belloni que recebeu simbolicamente dos relatores dos grupos, as propostas seguintes do "Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos":

1 - Condições necessárias para a viabilização do Programa

- Definir diretrizes político-pedagógicas específicas para a Educação de Jovens e Adultos.
- Institucionalizar o Fórum como mediador nas ações de alfabetização.
- Descentralizar e divulgar as informações do Fórum.
- Integrar alunos e professores no desenvolvimento do Programa.
- Criar um Fundo para o Programa de Alfabetização-FUNALFA.
- Regulamentar a Lei 849 de 8 de março de 1995.
- Transformar a UEJA em Divisão, com autonomia para gerir "os programas".
- Dispor de espaços alternativos nas ações alfabetizadoras.
- Utilizar uma metodologia libertadora.
- Valorizar o trabalho do monitor.
- Definir claramente os papéis dos envolvidos nas parcerias.
- Assegurar a continuidade da alfabetização, promovendo a educação básica.

2 - PAPEL DOS ENVOLVIDOS

- 2.1- Governo:** GDF, FEDF, DRE, Administração Regional, Secretarias.
- Elaborar o Plano Quadrienal envolvendo a questão da Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos.
 - Propor às universidades cursos de licenciatura voltados para a Alfabetização/Educação de Jovens e Adultos (questão curricular).

- Promover a criação de Conselhos Escolares.
- Firmar convênios com empresas privadas que queiram desenvolver ações alfabetizadoras.
- Envolver as oficinas pedagógicas na confecção de material didático voltado para a Alfabetização de Jovens e Adultos.
- Modular as turmas de alfabetização com 20 alunos.
- Garantir segurança junto às escolas.
- Contratar professor e/ou monitor específico para o Programa, criando uma bolsa de alfabetização.
- Expandir as turmas de alfabetização do diurno, para os servidores do GDF, de acordo com a demanda.
- Desenvolver ações para integrar as secretarias no levantamento do número de analfabetos.
- Demandar pesquisas básicas e metodológicas voltadas para a alfabetização.
- Firmar convênios de cooperação com a sociedade civil.
- Gerir as políticas de alfabetização.
- Gerir o Programa a partir da SE/FEDF, articulando as Secretarias de Governo, para não acontecer a pulverização de ações.
- Captar recursos financeiros junto a organismos internacionais (UNESCO, BID, ONU).
- Firmar convênios com empresas privadas para assegurar recursos financeiros, com incentivos fiscais.
- Definir as DREs como pólos coordenadores do Programa, integradas com as Administrações Regionais.
- Realizar gestões junto ao Conselho de Educação para destinação de um percentual do estágio dos cursos de licenciatura voltado para o Programa de Alfabetização.
- Criar a bolsa-estágio (P.L. da deputada Lúcia de Carvalho).
- Permitir a flexibilidade do horário (ampliação do horário de alfabetização na escola de acordo com a realidade da comunidade dos grupos).
- Determinar um supervisor para atender diretamente o Programa e grupos de alfabetização, inclusive fora da escola.

2.2- Sociedade Civil:

- Colaborar com o censo escolar regionalizado para o levantamento do número de analfabetos, numa ação conjunta em parceria, a partir das associações de moradores, igrejas, SINE, Administrações Regionais e DREs.
- Trabalhar em conjunto com as Escolas Normais (professores e estagiários).
- Promover encontros de formação sistemáticos com os professores alfabetizadores no âmbito da FEDF.

- Ceder monitores e supervisores preparados para atuarem no Programa.
- Participar do gerenciamento dos recursos financeiros.
- Divulgar Programa nas comunidades.
- Participar na captação de recursos, somando forças com o governo.
- Realizar campanha junto às APAMs para destinação de recursos para a alfabetização de Jovens e Adultos.
- Ocupar espaços ociosos dos CAICs com as ações alfabetizadoras, via rev.
- Incluir nas discussões do Orçamento Participativo a previsão de recursos para o Programa.
- Promover a articulação das entidades alfabetizadoras para viabilização do Programa.
- Capacitar professores e monitores.
- Selecionar monitores para a ação alfabetizadora em conjunto com as DREs e Administrações Regionais.
- Realizar gestões junto ao Poder Legislativo para aprovação de Projetos de Lei em tramitação, que favoreçam o Programa, sobretudo para garantir recursos orçamentários.
- Acompanhar e avaliar o Programa.

2.3- Instituições de Ensino Superior

- Produzir recursos tecnológicos voltados para o Programa de Alfabetização à Distância.
- Promover cursos de extensão nos finais de semana, para a comunidade, no espaço escolar.
- Desenvolver pesquisas em Educação de Jovens e Adultos voltada para a realidade do DF e Entorno.
- Capacitar recursos humanos para a alfabetização de Jovens e Adultos.
- Realizar pesquisas de "metodologias" em alfabetização.
- Criar programas de alfabetização via televisão, em parceria com a EAP e o CRT.

3 - CARÁTER E ATRIBUIÇÕES DO FÓRUM PERMANENTE

- Terá caráter consultivo e propositivo de ações de alfabetização junto ao GDF, em relação ao Programa.
- Terá a atribuição:
 - . de acompanhar e avaliar o Programa;
 - . de planejar ações conjuntas com a Sociedade Civil;
 - . de desenvolver atividades de mobilização - encontros - seminários;

- . de fortalecer as parcerias;
- . de fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Programa

- Constituição do Fórum:

Será constituído por representantes de entidades da Sociedade Civil e instituições públicas e privadas participantes do Programa Permanentemente.

- Comissão representante do Fórum:

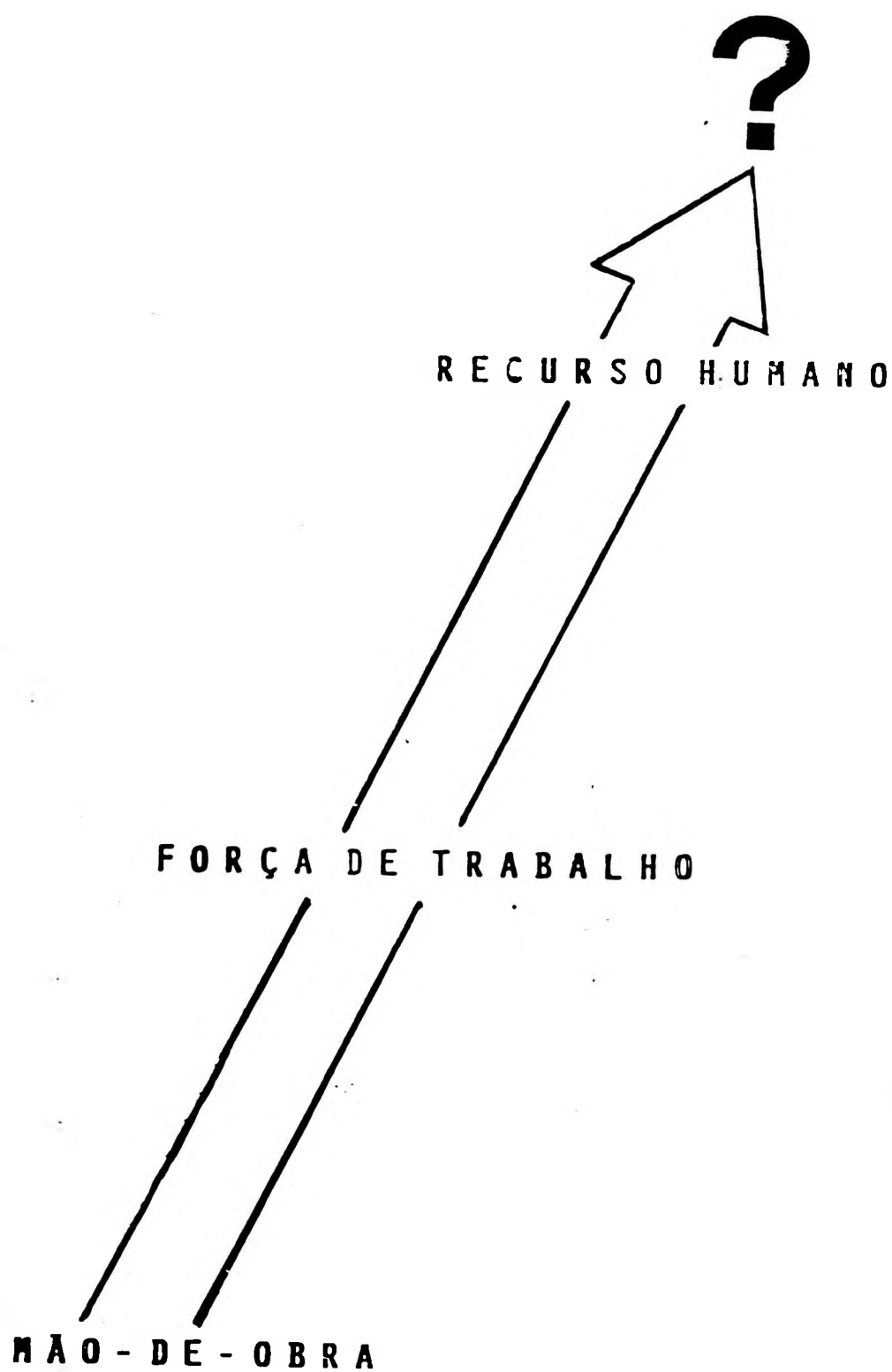
GDF/FEDF/UEJA (2 repres.)

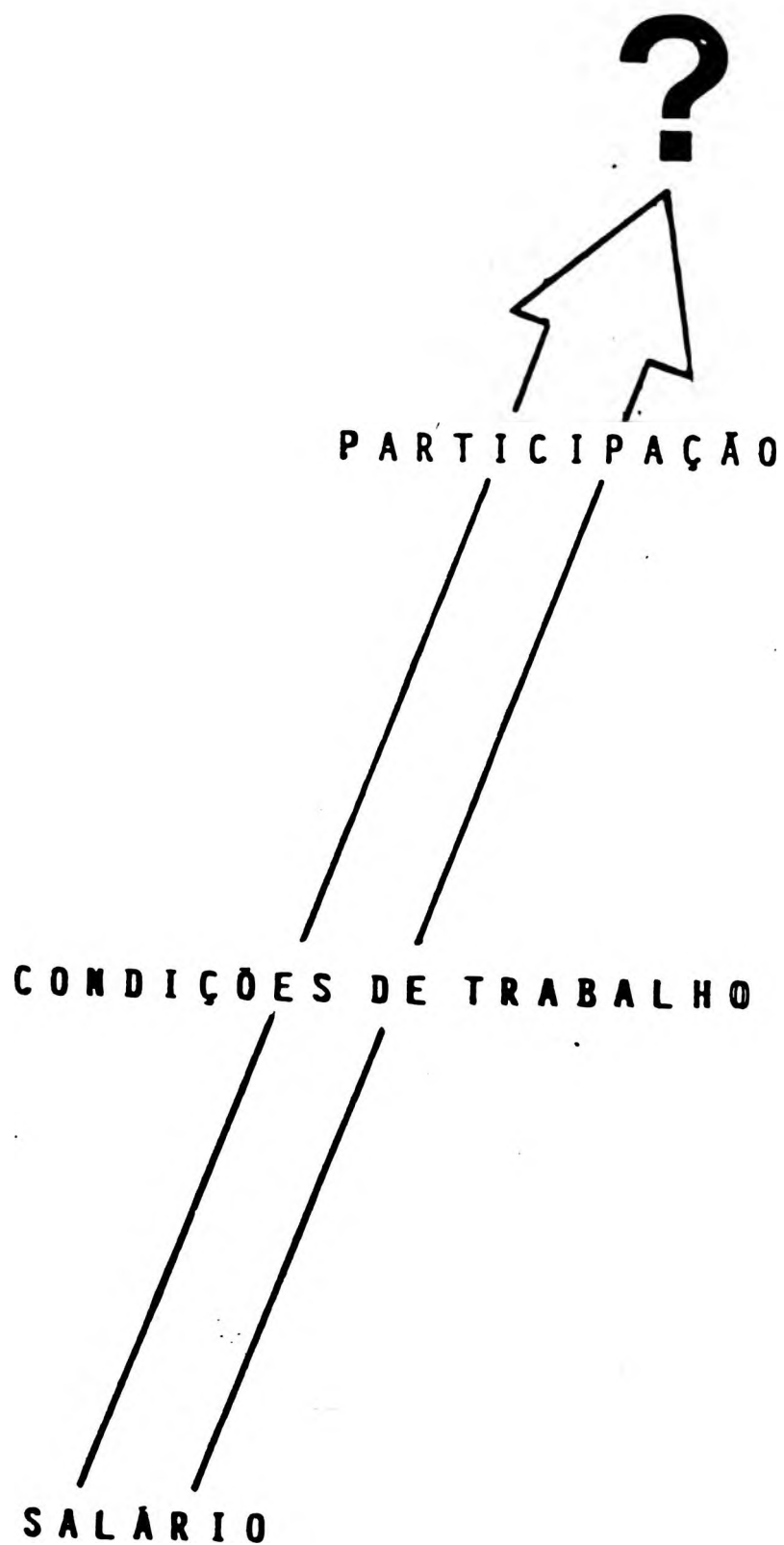
UnB (1 représ.)

UCB (1 repres.)

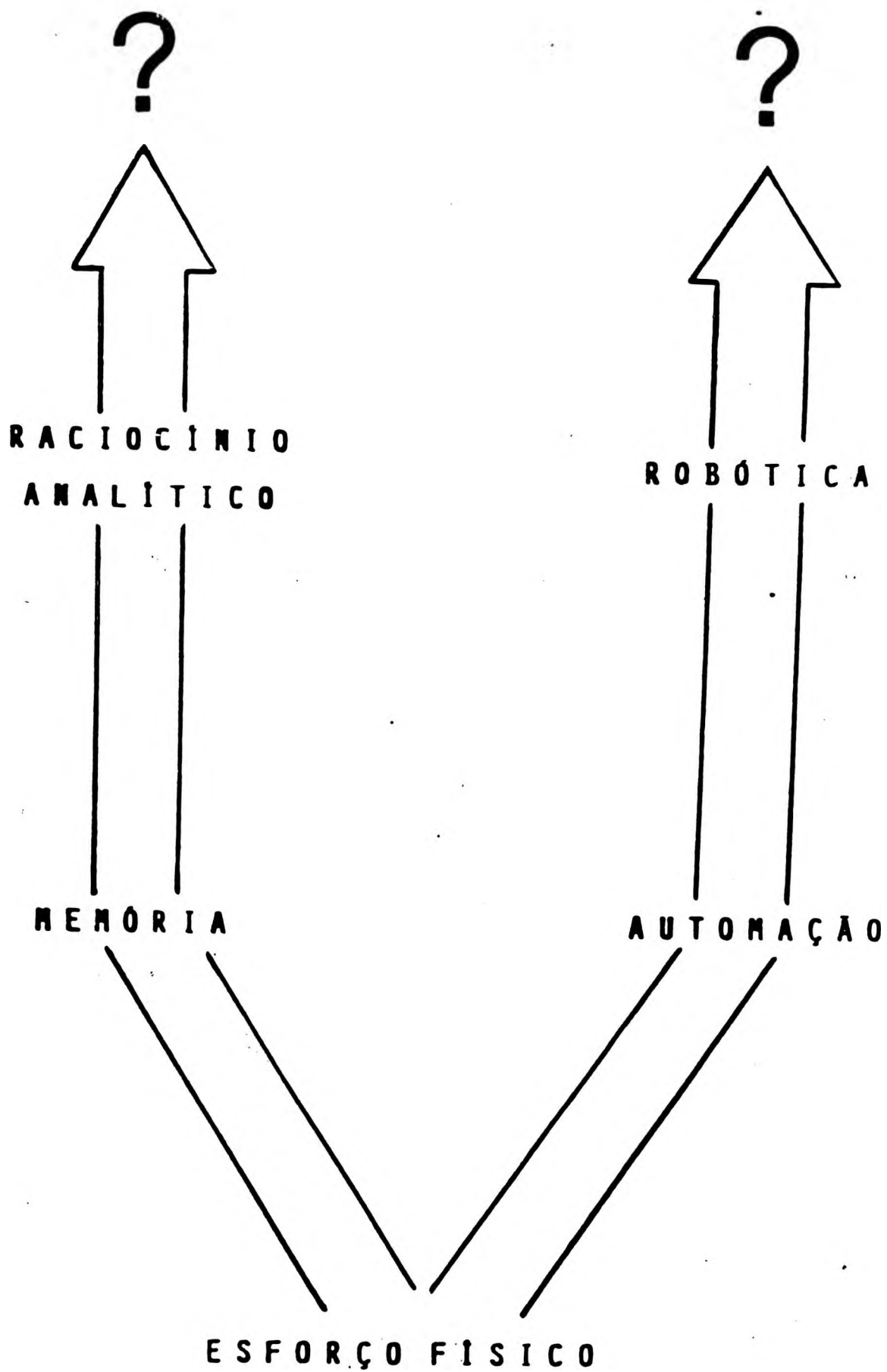
Sociedade Civil: GTPA/DF (1 repres.)

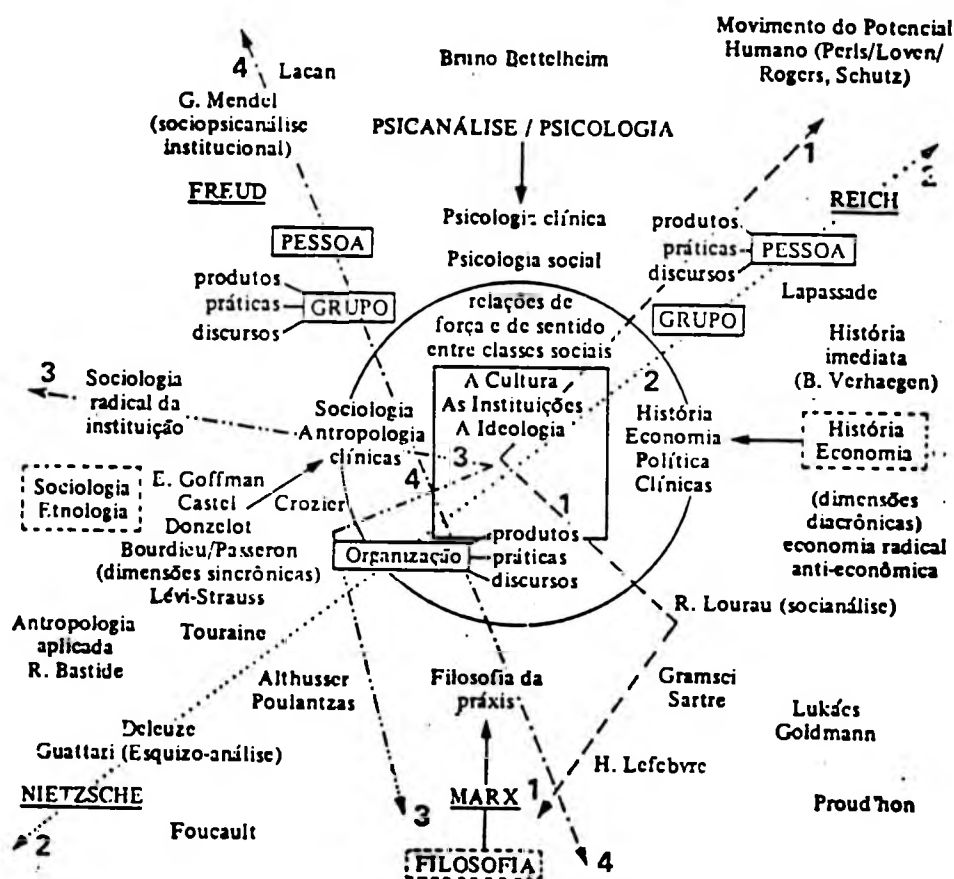
SERPAAJ/Padregal (1 repres.)





ANGELIM, M.L.P 1988..

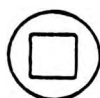




- 1 - - - - - análise institucional tendência Lapassade/Lourau (socioanálise)
 2 análise institucional tendência Deleuze/Guattari (esquizo-análise)
 3 análise institucional tendência Donzelot/Castel
 4 - - - - - análise institucional tendência G. Mendel (sociopsicanálise institucional)

Filosofia

disciplina atingida pela análise institucional



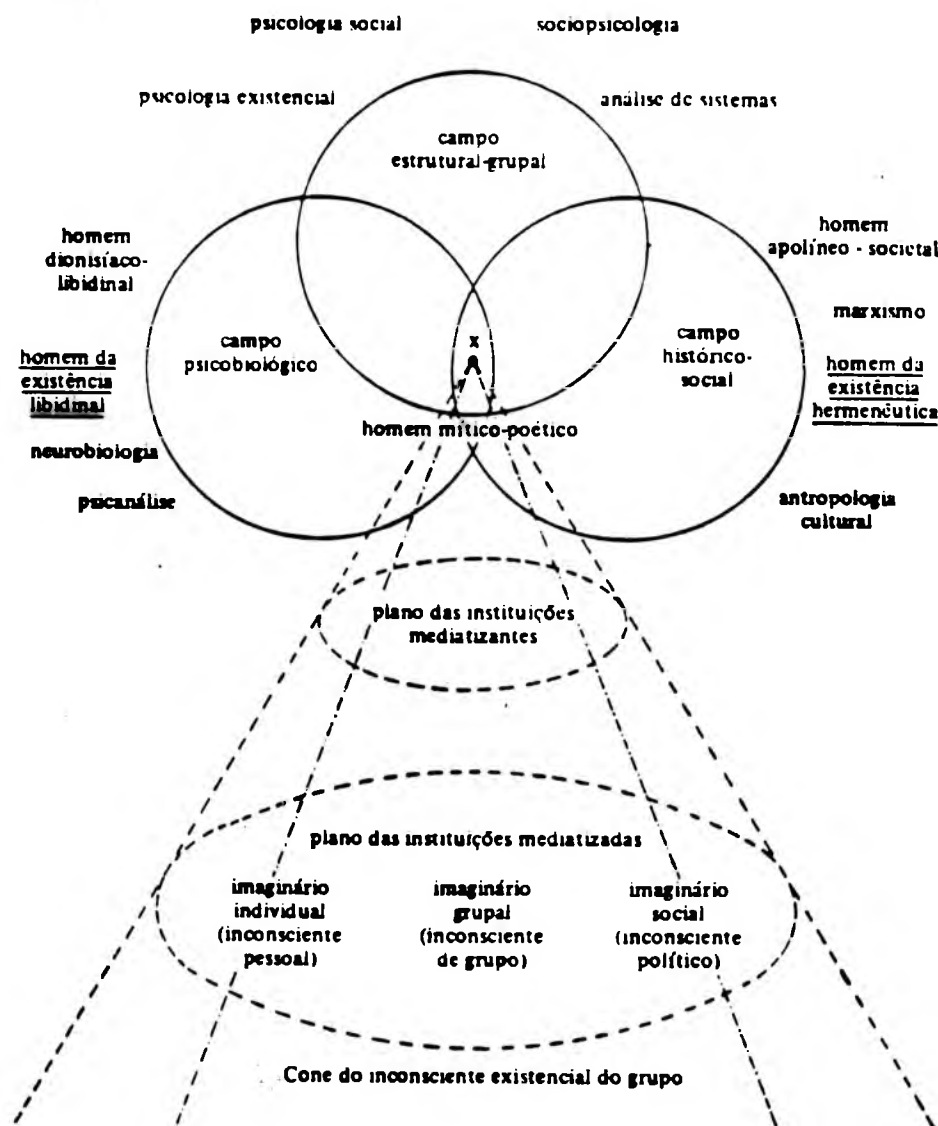
Esfera do campo simbólico invisível mas investida por e no habitus dos atores sociais que a análise institucional explora e desvela

Grupo

nível em que a AI pode ser praticada in situ

BARBIER, René. A Pesquisa-ação na instituição educativa. Tradução de Estela dos Santos Abreu com a colaboração de Maria Wanda Maul de Andrade. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1985. (Pág. 65)

A TEORIA DO TRIANGULO E OS IMAGINARIOS
o homem da existência genésica



BARBIER, Renê. A pesquisa-ação na instituição educativa. Tradução de Estela dos Santos Abreu com a colaboração de Maria Wanda Maul de Andrade. Rio de Janeiro Ed. Zahar, 1985. (pág.65)

HOWARD GARDNER (HARVARD publicações 1983, 1985, 1983.)

TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

1. LINGUISTICA
2. MUSICAL
3. LÓGICO-MATEMÁTICA
4. ESPACIAL
5. CORPORAL-CINESTÉSICA
6. INTER-PESSOAL
7. INTRA-PESSOAL

GARDNER, H. Estruturas da mente - a teoria das múltiplas inteligências. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1994.

PIERRE LÉVY (PARIS, 1980)

ECOLOGIA COGNITIVA

1. ORALIDADE PRIMÁRIA
2. ESCRITA
3. INFORMÁTICA

LEVY, P. As Tecnologias da inteligência. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.

REDEFINIÇÃO

HOMINIZAÇÃO ^{processo dialético} HUMANIZAÇÃO
INDIVIDUAÇÃO

SISTEMA DE EDUCAÇÃO NUMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA

PERCEPÇÃO

AUTOMAÇÃO

EMOÇÃO

ROBOTIZAÇÃO

MENTE

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

INTUIÇÃO

TELEMEDIÁTICA

REALIDADE VIRTUAL

< ESPÉCIE HUMANA COM UMA SEGUNDA NATUREZA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DA EXPERIÊNCIA DO SUJEITO COLETIVO

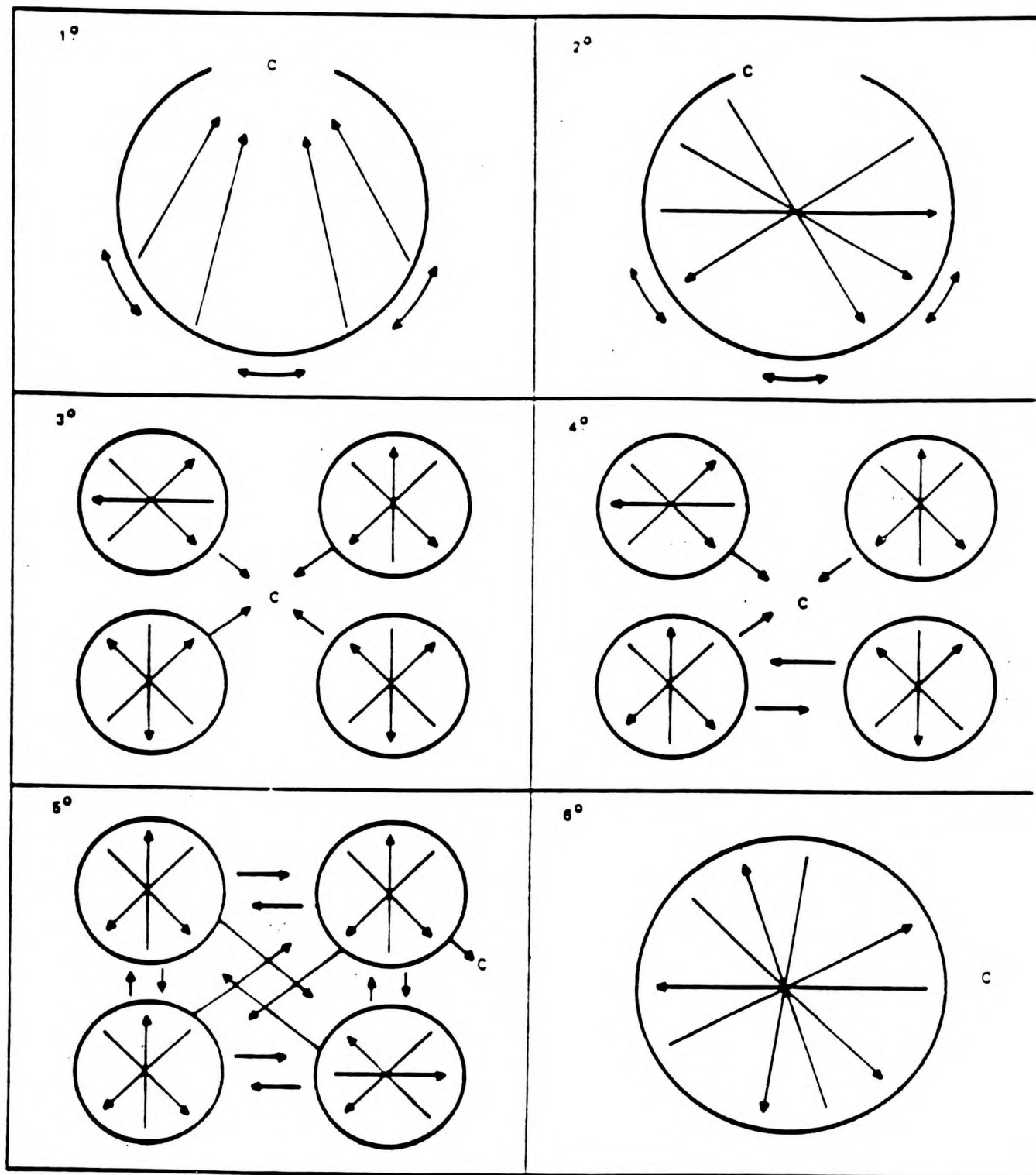
SUPERAÇÃO DAS DICOTOMIAS >>>>>>>> COMPLEMENTARIDADE

PRESENCIAL vvvvvvvvvvv DISTÂNCIA >>>>> SINGULARIDADE

ENSINO vvvvvvvvvvv APRENDIZAGEM >>>>> INDIVIDUAÇÃO

ANGELIM, M.L.P. 1994.

FIGURA - TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DAS INTERAÇÕES INDIVIDUAL X COLETIVO NO CÍRCULO DE CULTURA, VENDO A AUTONOMIA DE APRENDIZAGEM



C - COORDENADOR - PAPEIS

ANIMADOR
ORGANIZADOR
CONSULTOR

ANGELIM, M.L.P. 1988

ANGELIM, M.L.P. Educar é descobrir - um estudo observacional exploratório. Universidade de Brasília (Dissertação do Mestrado em Educação), 1988. 2 vols.